

PESQUISA ESCOLAR: UMA PRÁTICA POLÍTICA E SOCIAL POR MEIO DOS LETRAMENTOS E MULTILETRAMENTOS¹

SCHOOL RESEARCH: A POLITICAL AND SOCIAL PRACTICE THROUGH LITERACIES AND MULTILITERACIES

Gláucia Knob²

RESUMO: As atividades escolares devem contribuir para a formação de um aluno-sujeito com habilidades e competências relacionadas às diversas interações sociais. Este artigo apresenta uma proposta de trabalho escolar que engloba práticas de letramento e multiletramentos com viés teórico de Bakhtin (2003), Kleiman (1995, 2005), Marcuschi (2001), Possenti (2004), Rasia (2011), Rojo (2009, 2012), Soares (2004) e os PCN (1998). A partir desses suportes teóricos, este estudo divulga um plano de unidade que obteve resultados positivos, de modo a apontar a importância do trabalho com temáticas e gêneros textuais concernentes à realidade do aluno para que se desenvolvam sujeitos efetivamente letrados, críticos, motivados e conscientes dos seus papéis na sociedade.

Palavras-Chave: Escola; Letramentos; Política; Prática Social.

ABSTRACT: The school activities should contribute to the formation of a student-subject with skills and competences related to the various social interactions. This article presents a proposal of school work that includes practices of literacy and multiliteracies with theoretical bias of Bakhtin. (2003), Kleiman (1995, 2005), Marcuschi (2001), Possenti (2004), Rasia (2011), Rojo (2009, 2012), Soares (2004) and the PCN (1998). From these theoretical supports, this study discloses a unit plan that obtained positive results, in order to point out the importance of the work with thematic and textual genres concerning the student's reality so that they develop effective, literate, critical, motivated and conscious subjects of their roles in society.

Keywords: School; Literacies; Politic; Social Practice.

1 Artigo recebido em 28 de maio de 2017. Aceito em 10 de julho de 2017.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Linha de Pesquisa: "Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso". Professora da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: glaucia.knob@gmail.com



Introdução

Instrumentos de avaliação diversos como o PISA³, o IDEB⁴, o SAEB⁵, o SAERS⁶, tanto em nível mundial, quanto em nível federal ou estadual têm afirmado as dificuldades pelas quais quem convive direta ou indiretamente com as instituições de ensino enfrenta diariamente. Debates são realizados constantemente sobre como superar essas dificuldades enfrentadas pela educação brasileira, com destaque para o desinteresse dos alunos pela aprendizagem, para a forma como a escola se apresenta, além do descrédito da sociedade em relação a essa instituição tão importante da vida do ser humano. Sabe-se que muitos alunos não têm acesso à escola, devido a questões como a faixa etária, logística ou estrutura e infraestrutura das instituições. Ademais, mais do que o acesso, é necessário o incentivo à permanência.

Mediante toda essa situação, propostas de mudanças voltadas ao amplo acesso à educação e à melhoria do ensino básico têm sido implantadas ao longo dos anos. Em 2012, por exemplo, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo principal de democratizar o acesso à educação com qualidade social, implantou o Ensino Médio Politécnico (EMP) que, além de uma carga horária diferenciada, propôs uma reestruturação das disciplinas. Em nível federal, a proposta do Novo Ensino Médio também apresenta alterações para essa etapa do ensino, dando destaque a uma formação mais aproximada da realidade dos discentes, devido às novas demandas do mercado de trabalho e da formação profissional. Apesar das alterações recentes, o Ensino Fundamental (EF) não têm estado no foco das atenções, o que justifica este trabalho e a necessidade de projetos em que a pesquisa tenha articulação com eixos temáticos variados e que tenham relação com a vida dos alunos.

Os testes oficiais deixam claro que leitura e interpretação de textos são as maiores deficiências dos estudantes tanto de nível fundamental quanto de médio. Assim, a proposta de se desenvolver projetos na escola deve se voltar à elaboração/proposição de práticas significativas de leitura, produções de textos, trabalhos em grupo, pesquisas, que contribuem para a

3 Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos – OCDE.

4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

5 Sistema de Avaliação da Educação Básica.

6 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul.



formação integral do aluno como um sujeito social. No cenário educacional que atualmente se configura, a função do professor está mudando (e precisa mudar!): ele não é mais um detentor único de conhecimento, isto é, o docente assume uma nova função, de um mediador na construção e busca do conhecimento do aluno. Cada vez mais se está conectado às mídias digitais, e isso exige que a escola atue no mesmo sentido para que não fique obsoleta e conquiste novamente a sua importância enquanto instituição educadora mais importante da sociedade.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN), publicado em 1998, trazem a visão da tríade professor-aluno-conhecimento. Essa visão do professor abrange a importância dele enquanto mediador de atividades que envolvam o letramento e os multiletramentos, ao levar em conta a necessidade de interação por meio de enunciados diversos que circulem nas variadas situações sociais e que, cada vez mais, estão em várias mídias e suportes, bem como, partir das práticas sociais da realidade do alunado. Destarte, é importante a divulgação e a circulação de experiências bem sucedidas envolvendo práticas nesse domínio dos (multi) letramentos.

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de trabalho aplicada ao 8º ano do EF, de uma escola da rede pública estadual, de uma cidade do norte do estado do Rio Grande do Sul (RS), onde a autora deste trabalho atua como professora de Língua Portuguesa (LP). A proposta foi construída a partir de reflexões incitadas pela mudança dos últimos anos no Ensino Médio (e que não têm atingido o EF), pela necessidade de trabalhar com aspectos relativos à vida dos alunos. Trata-se de um Plano de unidade em que os alunos precisaram desenvolver, inicialmente, um projeto de pesquisa sobre a temática da “política”.

A pesquisa aqui apresentada define-se como prática, isto é, uma pesquisa-ação voltada a intervir na realidade social, neste caso de sala de aula e explicativa, pois procura explicar, analisar e classificar os fenômenos observados de modo qualitativo. A proposta de trabalho tem o marco teórico de Bakhtin (2003), Kleiman (1995, 2005), Marcuschi (2001), Possenti (2004), Rasia (2011), Rojo (2009, 2012), Soares (2004), além dos PCN (1998). Para apresentar essa experiência, na primeira parte, visitam-se os conceitos de letramento e de multiletramentos, relacionando-os com as perspectivas de ensino de língua materna previstas em documentos educacionais e cobradas em avaliações oficiais. Na segunda, apresenta-se o desenvolvimento do Plano



de unidade proposto e desenvolvido na turma em questão e algumas reflexões sobre aspectos positivos e negativos do trabalho desenvolvido naquela realidade.

Letramento e multiletramentos: as leis e as práticas

O trabalho da disciplina de LP em sala de aula, muito mais do que as outras disciplinas, deve oferecer “um espaço de reflexão para os sentidos das práticas de escrita em nosso cotidiano, as quais se encontram materializadas de modos tão diversos que chamam a pensar sobre os pontos de encontro e de afastamento implicados nessas diferenças” (RASIA, 2011, p. 80). Isso está presente entre os sujeitos que criam uma carta manuscrita ou aqueles que desenvolvem tal prática em suportes digitais. Na escola não é diferente. Torna-se necessária a reflexão sobre as práticas de escrita e leitura que são realizadas tanto no cotidiano escolar quanto fora da escola para que os alunos encontrem sentidos nessas práticas e que não as vejam somente como práticas obrigatórias de um sistema educacional.

A organização dos conteúdos, conforme indicada nos PCN, está dividida em dois eixos de práticas de linguagem: o primeiro relacionado ao uso da língua escrita e oral e o segundo com a análise e a reflexão sobre a língua, o que permite direcioná-los para o uso da linguagem e sua relação com o contexto. O documento propõe a consideração dos diferentes níveis de conhecimento prévio dos alunos e que a escola deve promover sua ampliação ao possibilitar que “cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulem socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações” (PCN, 1998, p. 19). Nessa perspectiva, o texto é visto de forma integrada como objeto de ensino e como prática de linguagem, ou seja, como meio de interação social, o que será abordado a seguir.

Letramento e multiletramentos: visitando conceitos

A palavra “letramento” demorou a inserir-se no Brasil. Em 1986, Mary A. Kato trouxe ao país a expressão que em outros países já era conhecida como *literacy*, porém, no meio acadêmico, tal expressão começou a ser utilizada junto com os estudos sobre alfabetização, de modo a destacar as competências individuais no uso e na prática da escrita (KLEIMAN, 1995). Assim, os termos letramento e alfabetização foram muitas vezes usados como



sinônimos. A expressão “letramento” diferencia-se de “alfabetização”, uma vez que aquele tem foco nas competências de leitura e escrita em situações sociais, pois as práticas sociais de leitura e escrita atuais exigem muito mais do que apenas o domínio do sistema alfabético e ortográfico, que é a ideia que a alfabetização persegue. Em países como a França e os Estados Unidos, o termo “letramento” nunca foi vinculado à alfabetização.

O termo *literacy* (letramento) surgiu por volta dos anos de 1980, a partir de pesquisas realizadas com alunos graduados na *high school* com o apontamento de que os jovens não dominavam as habilidades de leitura demandadas em práticas sociais e profissionais que envolvem a escrita (SOARES, 2004). Logo, a alfabetização é apenas uma das práticas de letramento. Tanto é que existem pessoas alfabetizadas que apresentam grau rudimentar de letramento, isto é, são analfabetos funcionais.

Na definição de Kleiman (1995, p. 18), letramento é “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Além da sociedade em geral, o conceito de letramento está ligado diretamente à escola, uma vez que nos documentos que orientam os currículos, como os PCN, o termo foi inserido e tem sido objeto de estudos de diferentes áreas. A semântica da expressão letramento remete também aos estudos e publicações de Roxane Rojo, que aponta reflexões sobre os conceitos de letramento, principalmente na perspectiva autônoma, múltipla e ideológica, a “despertar o interesse em viabilizar o diálogo entre os letramentos já apropriados pelos alunos com os letramentos privilegiados pela escola e os do patrimônio cultural valorizado” (ROJO, 2009, p. 95). Na escola, mais do que a habilidade comunicativa de escrita, deve-se ter espaço para a oralidade, pois o letramento ocupa espaço de compreensão e construção de relações de identidade e de poder nos diversos espaços sociais, o que mostra o quão diversa é a nossa sociedade, com seus grupos e suas realidades, ou seja, das vivências de onde os alunos vêm.

O conceito de letramento deve ser pensado a partir da mudança da cultura do papel para outros suportes que coexistem nas práticas de leitura, escrita, oralidade e audição. Ao longo dos tempos, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação trouxeram novas perspectivas de interação e, ao mesmo tempo, possibilitaram uma abertura à expressão e difusão de diferentes culturas. O aluno precisa ser visto como



um sujeito-leitor, numa perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 2003), como responsivo-ativo, alguém que adota uma postura de compreensão e produção de respostas em relação aos enunciados com que interage e com que se envolve.

Essa ideia aponta para o fato de que a origem do trabalho em sala de aula deve partir da cultura dos alunos, além da exploração de atividades com gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, o que implica a imersão em letramentos críticos conforme a diversidade apresentada, já que a concepção de multiletramento pode englobar, conforme Rojo (2012), a diversidade cultural de produção, de saberes, de mídias e circulação dos textos ou a diversidade de linguagens que os constituem. Nesse contexto, surgiram novas formas de leitura e escrita, e o conceito de letramento se expandiu para “letramentos múltiplos” e, depois, para “multiletramentos”. De acordo com Rojo (2012, p. 13):

[...] diferentemente do conceito de letramento (múltiplos), que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de multiletramentos [...] aponta para dois tipos específicos e importantes da multiplicidade presentes em nossas sociedades [...]: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica.

Ainda nesse contexto, Rojo explica que a concepção de multiletramentos

[...] pode ou não envolver (normalmente envolverá) o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação (“novos letramentos”), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático – que envolva agência – de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos, valorizados [...] ou desvalorizados [...] (ROJO, 2012, p. 08).

O uso da língua nas práticas diárias está relacionado com a produção de enunciados em situações concretas de comunicação/interação. Esses enunciados refletem as condições específicas de produção, bem como as finalidades (objetivos) de seu uso. A multiplicidade de linguagens existentes é facilmente percebida nas práticas do cotidiano, isto é, há um número expressivo de gêneros que variam em função das épocas e dos seus



usos. Essa multiplicidade está relacionada com o que se chama de gêneros do discurso, de modo que todo enunciado é marcado por alguma esfera específica de comunicação e, assim, “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso o que denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 280).

Ainda na linha de estudos bakhtinianos, é importante levar em consideração as diferenças entre os gêneros primários (simples) e secundários (complexos). Os primários dizem respeito às atividades cotidianas e familiares, como a conversa com amigos, os bilhetes, etc. Já os gêneros secundários estão relacionados diretamente às situações mais formais e envolvem o romance, o teatro, etc., porém, eles nascem dos gêneros primários. Ao serem englobados pelos gêneros secundários, os gêneros primários adquirem uma característica particular, isto é, “perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios” (BAKHTIN, 2003, p. 282). Exemplo disso é o diálogo do cotidiano que, ao ser inserido no romance, conserva a sua forma e o seu significado apenas no plano do conteúdo do romance, ligado ao literário-artístico, não mais como um ato cotidiano simples.

Além disso, os gêneros discursivos mesclam diferentes semioses em sua constituição, a exemplo de um anúncio publicitário, de uma história em quadrinhos, etc. Nesse sentido, deve-se enfatizar a multiplicidade de linguagens, modos ou semioses nos textos em circulação e trazer para a sala de aula. A existência de textos impressos, digitais ou analógicos, imagens, animações, vídeos, áudios, ou uma mistura de todos eles permitem novas significações. A escola precisa repensar alguns conteúdos e metodologias de ensino, pois todas as suas práticas têm implicação na ação dos estudantes em sociedade. O ensino de LP não deve mais estar preso à gramática, como um conjunto de regras a ser adquirido ao longo da vida escolar. Diversas possibilidades de trabalho ajudam na reflexão sobre qual seria realmente a função da escola neste mundo globalizado, onde há diferentes significações dos textos, independentemente de serem verbais ou não. Mais do que transpor conceitos, é necessário promover novas aprendizagens utilizando a maior variedade possível de gêneros textuais. É interessante, principalmente, o trabalho com gêneros que façam parte do cotidiano dos discentes.



Ao trazer essas ideias e situações para uma prática escolar que seja ligada e contextualizada com a realidade social, os PCN (1998) apresentam os conteúdos, para o EF no terceiro e quarto ciclos, com destaque para a proficiência discursiva e linguística do aluno, isto é, conteúdos relacionados com as práticas de linguagem deles. Isso pode resultar em melhores resultados nas avaliações e mais interesse nas práticas escolares, pois como será visto a seguir, os resultados atuais não são animadores.

O Brasil teve avanços na Educação Básica?

Diversos instrumentos de avaliação trazem resultados não animadores em relação aos rumos da educação brasileira. O Brasil até teve avanços (tímidos) no que diz respeito à educação, conforme os resultados apresentados no PISA de 2012, principalmente na habilidade de leitura, que é a que mais interessa neste trabalho. A média da pontuação dos estudantes brasileiros no teste de Leitura do PISA, em 2009, foi de 412 e, em 2012, diminuiu a pontuação para 410. Os dados apontam uma oscilação nos resultados de modo que no comparativo realizado com outros países, o Brasil, em 2012, ficou 86 pontos abaixo da média dos países da OCDE⁷. Com isso, o país atingiu a 55ª posição, de um total de 65 países, no ranking de leitura e ficou atrás de países como Chile, Uruguai, Romênia e Tailândia.

Essa realidade constatada já estimulou algumas mudanças em documentos federais e estaduais, sendo que cabe destacar aqui, dentre eles, o Plano Nacional da Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/Lei nº 9.394/96 (LDB) e a Resolução sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Conforme as autoridades governamentais da área da educação destacam, entre as mudanças recentes mais significativas, atenção especial passou a ser dada à ampliação do EF de 8 (oito) para 9 (nove) anos de duração, mediante a matrícula obrigatória de crianças com 6 (seis) anos de idade, objeto da Lei nº 11.274/2006⁸. Da mesma forma que outra proposta foi posta em prática no RS: a proposta de um Ensino Médio Politécnico, ou seja, de um ensino da politécnica, buscando envolver todas as áreas do conhecimento na

7 OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

8 A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a LDB n. 9394/96, traz que as crianças com 4 anos devem ser matriculadas na Educação Infantil, diferente do que era apresentado, dessa forma, em virtude dessa lei a Educação Infantil será acrescentada como período da Educação Básica Brasileira.



dimensão da interdisciplinaridade de um conteúdo social para interferir nas relações sociais.

Dentre várias alterações que estão sendo implantadas, inclusive a nível federal, é necessário levar em consideração, conforme Marcuschi (2001, p. 15), que “não serão [...] as regras da língua nem a morfologia os merecedores da nossa atenção, mas os *usos da língua*”. Assim, ao utilizar a língua, nos diversos componentes curriculares, parte-se do ponto de vista do letramento, ao reconhecer situações, saber interpretar e produzir enunciados em diferentes situações sociais diárias. É a língua em uso como proposta de ensino, o que tem relação com a proposta apresentada a seguir.

Plano de unidade: relação de teoria, prática e aprendizado

Para abranger a diversidade da sociedade na escola levam-se em conta as ideias de Kleiman (2005). A autora aborda a importância do trabalho em sala de aula com projetos, de modo a considerar o interesse e a participação de adolescentes e jovens em práticas não escolares, desenvolvendo o interesse pela pesquisa como uma prática social de mobilização dos estudantes. Eles devem ser orientados pelo professor, não de forma subordinativa, mas sim, para compreender que há conhecimentos já construídos a respeito dos assuntos que possivelmente serão destaque da pesquisa, como muitos outros que ainda devem ser construídos. Conforme os PCN e, também, com base nas proposições de Kleiman, podemos destacar que

[...] um projeto desse tipo permite a participação diferenciada dos alunos em práticas letradas, atende às necessidades e objetivos individuais dos adolescentes ou pré-adolescentes; permite tanto a ação individual competitiva quanto a ação cooperativa; aproveita as potencialidades para as artes visuais, musicais, teatrais dos jovens, enfim, permite especificar os genéricos objetivos da leitura e interpretação [...] tais como o confronto de opiniões e pontos de vista sobre diferentes linguagens e suas manifestações específicas; o usufruto do patrimônio literário nacional; a comparação de suas diferentes visões de mundo; a construção de categorias de diferenciação apreciação e criação por meio de apreciação literária, cultural e outras (KLEIMAN, 2005, p. 31).

Logo, esse Plano de unidade teve seu planejamento por parte do professor que tem conhecimento da realidade dos seus alunos, bem como, da sua realidade escolar. Muito do que foi planejado teve de ser adaptado no decorrer da aplicação, devido alguns imprevistos, o que é comum na



realidade escolar. Ademais, a seguir, detalha-se o Plano de unidade aplicado e apontam-se algumas reflexões realizadas pelos discentes (registradas num dossiê no transcorrer da aplicação das atividades, sendo que cada semana um aluno levava para casa), bem como as constatações da professora acerca da proposta desenvolvida. Cabe destacar que muitas atividades foram exploradas de modo oral, nas conversas informais de sala de aula, principalmente, no que condiz com a exploração dos gêneros textuais trabalhados.

Plano de unidade aplicado: propostas e resultados

A realidade escolar brasileira é bastante diversificada, sendo necessário que o professor constate isso e planeje aulas que deem conta das carências de ensino diagnosticadas. Assim, surge esse Plano de unidade, que consistiu no desenvolvimento de um projeto de pesquisa acerca do tema “política”, contemplando diversificadas atividades teóricas e práticas. Os principais objetivos desse Plano de unidade são: a) debater temáticas relativas ao contexto social e político em que os alunos estavam envolvidos e compreender a história do Brasil, os sistemas de governo existentes, os cargos políticos e suas funções; b) estimular a pesquisa e a autonomia dos alunos no desenvolvimento de trabalhos; c) incentivar a oralidade, aliada à importância da leitura e da escrita na prática escolar; d) reconhecer e produzir diferentes gêneros textuais: projeto de pesquisa, entrevista, registro num dossiê, santinhos eleitorais, propaganda política, vídeos, plano de governo. O Plano de unidade foi aplicado num 8º ano (primeira turma da escola a concluir o EF em nove anos), de uma escola da rede pública estadual, de um município ao norte do estado do RS. A escolha do tema para a pesquisa baseou-se na realidade do município em questão, pois é grande a frequência em que os políticos são cassados, realidade essa que estava em andamento no período de aplicação do Plano de unidade, além de período eleitoral em nível federal e estadual.

Deu-se destaque para a leitura, instigando tal prática por meio de materiais variados, em consonância com o que propõe Possenti (2004, p. 327), de que é necessário que “os professores leiam para eles [alunos], de forma que o contato cotidiano com textos escritos se torne constitutivo da vida escolar”, quando no início de todas as aulas, era lido um texto que tinha como tema a questão da política, levando os discentes a refletir sobre as



diferentes práticas sociais possíveis e os diferentes usos da linguagem em cada situação.

A turma foi orientada sobre o que é uma pesquisa. Após essa explicação, foi organizado um pequeno projeto de pesquisa com capa, resumo, sumário, diagnóstico da realidade, problema de pesquisa, justificativa, objetivos, hipóteses, metodologia, cronograma e referências. Cada uma dessas partes foi explicada separadamente, para que posteriormente os alunos pudessem produzir o trabalho escrito. Os estudantes foram instigados a acompanhar os Programas Políticos Partidários na rádio e na televisão, observando como esses gêneros textuais, orais e escritos se organizavam. Também foi solicitado que guardassem os “santinhos”⁹ que chegavam às suas casas para posterior discussão. Orientou-se que se fossem observados os recursos utilizados pelos produtores dessas mídias, tanto na escrita, quanto na oralidade. Os discentes desde então passaram a pensar e planejar a produção final de um santinho e de um vídeo de uma propaganda política. Destacou-se de forma oral com os alunos quais as estruturas de cada um dos gêneros abordados, mostrando a multiplicidade de linguagens, modos ou semioses nos textos em circulação, de tal modo que há a presença dos multiletramentos na compreensão de cada um deles.

A pesquisa inicial foi feita na biblioteca da escola, com materiais disponibilizados pela bibliotecária: livros, revistas e outros que traziam a história do Brasil enquanto Império e de como se tornou República. Isso tudo constituiu a Revisão de Literatura. Assim, os alunos puderam perceber que nem sempre o sistema de governo do Brasil foi o mesmo e como todas essas mudanças influenciaram a forma de vida da sociedade em geral. Já na Sala de Informática da escola, buscaram-se informações sobre a história dos partidos políticos, os diversos cargos e suas funções, isto é, a política no passado e na atualidade. Durante a pesquisa foi feita a orientação, tirando dúvidas e mostrando a importância de ler tudo antes de copiar para o trabalho, além disso, foi destacada a relevância da credibilidade dos *sites* utilizados para a pesquisa. Em todo esse processo de pesquisa teórica, houve orientação

9 Panfletos com propaganda partidária, principalmente do candidato a ser eleito, com foto, nome, número a ser votado, nome e sigla do partido. Às vezes, também constam propostas do candidato em questão. Sua facilidade de circulação e entrega faz com que seja muito usado nas campanhas eleitorais.



quanto ao que era plágio e à importância de citar as fontes de onde o material foi retirado.

Outra parte prática, além das já citadas, foi a elaboração de uma entrevista realizada com diferentes pessoas, de diferentes faixas etárias, profissões e classes sociais. Os alunos acharam importante interrogar qual a importância do presidente para o país e do governador para o estado; se os entrevistados sabiam qual a função dos deputados estaduais e federais e dos senadores; qual o valor dos salários desses cargos políticos, além da jornada de trabalho; qual o número de pessoas em cada um desses cargos; se sabiam em quem votariam nas próximas eleições; se lembravam em quem tinham votado nas últimas eleições; quais leis ou projetos gostariam que fossem aprovados. Essas entrevistas foram realizadas fora do horário escolar. Depois de uma semana do encaminhamento das entrevistas, houve a análise dos dados em aula, bem como a transformação desses em dados percentuais. Destaque para a importância do trabalho de mediação do professor em todas as atividades propostas.

Em relação aos vídeos e aos santinhos anteriormente citados, houve uma produção escrita em sala de aula sobre o que eles iriam falar na propaganda e, posteriormente, a gravação do vídeo com uso das câmeras deles. Após a gravação, utilizando *notebooks* da escola, realizou-se a edição das imagens por meio do programa *Movie Maker* (utilizado para edição de vídeos). O trabalho de edição foi orientado pela professora, mas, de modo geral, os alunos já tinham domínio da ferramenta. Esses vídeos ficaram ótimos, pois os discentes foram criativos na produção desde um partido (sigla, símbolo e número), até o seu lema. Um dos alunos, que toca violão, gravou *jingles* políticos para seus colegas, que foram utilizados nos vídeos. Assim, esteve presente na escola a interação por meio de enunciados diversos que circulam nas variadas situações sociais e que, cada vez mais, estão em várias mídias e suportes. É a coexistência de todas elas no ambiente escolar. Mais ainda, o que importa para esse trabalho: o letramento e os multiletramentos, ou seja, o uso de ferramentas atuais, além da interação, permitiu a colaboração nas tarefas desenvolvidas, nessas novas práticas de produção de textos.

O trabalho relacionado a essas práticas sociais e políticas motivou os alunos no decorrer de todas as atividades, sendo que no início as dúvidas eram grandes, da mesma maneira a apreensão e a incerteza quanto ao



trabalho que parecia ser enorme. A produção de um “santinho”, que se solicitou para complementar a propaganda eleitoral, motivou muito os discentes. Essa produção da propaganda impressa fez com que os estudantes se envolvessem em tirar fotos e pensassem na escolha da roupa e do local onde a foto seria tirada. As propagandas em forma de “santinhos” foram produzidas no computador, por meio da utilização do programa *Paint* (programa de produção e edição de imagens). Depois de todas essas etapas, os alunos entregaram a pesquisa escrita completa para a professora e realizaram a apresentação dos dados, utilizando slides no programa *Power Point*.

A correção final do trabalho escrito e a orientação acerca dos procedimentos para a apresentação oral para a turma foram feitas constantemente pelo docente, o que se relaciona à tríade professor-conhecimento-aluno proposta pelos PCN (1998). Os diferentes conhecimentos de mundo que foram acionados no desenvolver das atividades mostraram que os estudantes se interessam por publicidade e política, de tal forma que se inseriram no processo de compreensão e produção de diferentes gêneros textuais abordando a temática proposta. Cada escola possui uma realidade diferenciada que deve ser olhada de forma especial pelo docente, para que possam ser diagnosticadas as carências das turmas e o que é relevante para a construção do conhecimento. Assim, um Plano de unidade sobre o tema “política”, aliado às perspectivas de ensino com enfoque no letramento e nos multiletramentos, possibilitou o trabalho com as novas tecnologias sem deixar de lado práticas de estudo mais tradicionais, isto é, a escrita e a leitura. Os alunos puderam ter contato com práticas efetivas do meio político. Após as atividades desenvolvidas, constatou-se que eles adquiriram consciência que mais do que cidadãos portadores de direitos, eles são criadores de novos direitos.

Ainda em relação às habilidades, há destaque para a importância do trabalho com a oralidade na escola. A manifestação de forma oral é frequente, porém algumas práticas situadas, como uma entrevista, um pronunciamento político não são simples práticas do cotidiano a que as pessoas de modo geral estão acostumadas, são, sim práticas, programadas, normalmente primeiro na escrita para depois tornar-se fala.

Dificuldades fazem parte das práticas escolares. Se os computadores da escola funcionassem bem, os alunos não precisariam



realizar o trabalho todo à mão e, sim, poderiam digitá-lo, já que uma das grandes dificuldades dos estudantes hoje com as mídias digitais é trabalhar com programas de edição de texto e suas respectivas funcionalidades, isto é, os programas padrões dos sistemas operacionais.

Várias tentativas já foram feitas em nível federal e estadual para melhorar a situação educacional, mas, mesmo assim, alguns pontos ainda são falhos. Não se quer aqui, no entanto, atribuir a culpa a um ou outro fato, mesmo porque isso constitui um somatório de fatores. Há questões de infraestrutura, (des)interesse por parte de docentes e discentes, (des)valorização e (des)atualização dos profissionais, visão que a sociedade tem sobre a escola, a importância que os pais dão a ela e o quanto contribuem para a manutenção desta, além, claro, dos alunos que não são mais os mesmos, até porque a época não é mais a mesma.

Considerações finais

A escola não pode parar no tempo, precisa manter-se atualizada, e a forma que mais está ao alcance é pela ação do professor, uma vez que os objetos educacionais atualizados ou uma infraestrutura condizente nem sempre são possíveis. Além de manter os alunos estimulados ao aprendizado, é preciso mantê-los estimulados à permanência na escola. Se o aluno não vai à escola, também não há como formar cidadãos que reconheçam e aprendam a importância da diversidade existente na sociedade. Um professor que estimule a proximidade entre as práticas sociais vivenciadas fora da escola com as práticas desenvolvidas dentro da escola pode fazer a diferença tão almejada nas reflexões educacionais: uma educação que possibilite aos cidadãos brasileiros participarem da construção desse mundo tão diverso e com mudanças tão rápidas e significativas na aceitação do outro enquanto diversidade.

É inegável a importância de o professor conhecer a realidade da sua sala de aula, dos seus alunos, da sua escola e do contexto em que essa se insere para fazer emergir uma educação multicultural, que envolva o conhecimento da diversidade econômica, social e cultural da realidade que os discentes vivem. A partir do processo que envolve leitura, debates e produção de gêneros textuais variados, que devem estar presentes na escola, propicia-se o trabalho com o letramento e multiletramentos. Desse modo, trilhar o caminho do letramento e dos multiletramentos nas práticas em sala de aula é uma das



saídas para que se mudem os resultados na área da educação. A variedade de atividades desenvolvidas fez com que os estudantes achassem as aulas atraentes. A partir do interesse do estudante, também se inicia uma prática de valorização da instituição escolar por parte da sociedade e dos pais, valorização essa de que a educação tanto precisa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Língua Portuguesa: Ensino Fundamental: terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

INEP. **O que é o PISA**. Disponível em: [<https://goo.gl/k4wv2G>]. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Portal IDEB**. Disponível em: [<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>]. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Portal SAEB**. Disponível em: [<http://portal.inep.gov.br/saeb>]. Acesso em: 13 jun. 2015.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

_____. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Linguagem e letramento em foco: Linguagem nas séries iniciais. Cefiel/IEL/Unicamp, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/COQlqg>>. Acesso em: 30 set. 2015.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OECD. **Programme for International Student Assessment**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

POSSENTI, S. Um programa mínimo. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 317-332.

RASIA, G. S. Considerações acerca do letramento digital. In: Grigoletto, E. NARDI, F. S. SCHONS, C. R. (Org.). **Discursos em rede: práticas de re (produção), movimentos de resistência e constituição de subjetividade no ciberespaço**. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2011. p. 79-94.



Gláucia Knob

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, R.; MOURA, E. (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **SAERS**: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS. Disponível em: <<https://goo.gl/QnA3sM>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos**. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/LZDHpf>>. Acesso em: 06 out. 2015.

